

GUIA DE ORIENTAÇÃO UTZ PROTEÇÃO DA NATUREZA

Versão 1.0, Agosto de 2016

Orientações referentes à proteção da natureza, conforme requeridas no Código de Conduta Núcleo UTZ para certificação grupo e multi-grupo (versões 1.1 e 1.0).

Esse documento de orientação é parte de um conjunto de documentos desenvolvidos para complementar a implementação em tópicos específicos do Código de Conduta Núcleo da UTZ.

Esse documento visa ser utilizado por grupos produtores e assistentes técnicos que os assessoram no processo de certificação.

Ausência de DESMATAMENTO



Preservação de áreas protegidas e espécies ameaçadas



Promoção da
diversidade
ecológica

Aplica-se a
toda a fazenda,
não apenas
à cultura
certificada



UTZ E A PROTEÇÃO DA NATUREZA

Todos dependemos da natureza e seus recursos naturais. Precisamos de ecossistemas saudáveis que possam nos fornecer de alimento, materiais, ar e água limpos para viver.



Caixa 1: O que o Código de Conduta diz:

G.D.109 (111)*:

Não vem ocorrendo/ocorreu nenhum desflorestamento ou degradação da floresta primária desde 2008.

G.D.110 (112)

Não ocorre nenhum desmatamento ou degradação de floresta secundária a menos que:

- esteja disponível um título de terra legal e/ou permissão do proprietário e/ou habituais direitos à terra, e
- estejam disponíveis licenças governamentais (se necessário)

G.D.111 (113):

Nenhuma produção ou processamento ocorre à, ou dentro de, 2 km de uma área protegida, a menos que seja permitido sob um plano de gestão da área. O plano de gestão é implementado.

G.D.112 (114):

As espécies ameaçadas e em perigo de extinção na área de produção são identificadas, comunicadas aos membros do grupo e protegidas.

G.D.113 (115):

O grupo promove a diversidade ecológica, protegendo e melhorando habitats e ecossistemas.

Treinamentos para produtores devem incluir tópicos referentes à proteção da água, flora e fauna (G.A.19 (21)).

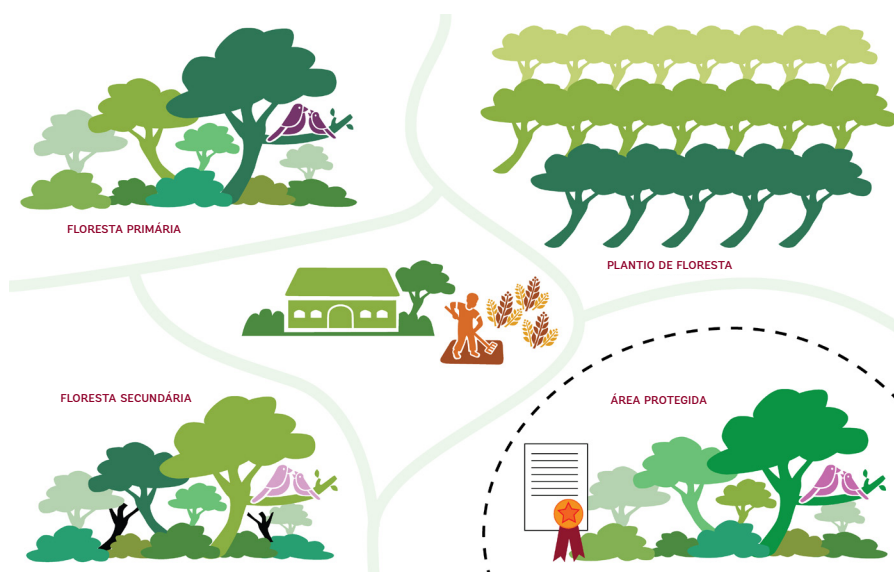
** O número em colchetes se refere à versão 1.0 do Código de Conduta Núcleo para certificação em grupo ou multi-grupo.*

Por isso a proteção da natureza está integrada ao Código de Conduta UTZ através de práticas agrícolas sustentáveis, bem como requerimentos específicos como a prevenção ao desmatamento e a ausência de atividade agrícola em áreas de alto valor ecológico. Práticas agrícolas sustentáveis ajudam a proteger a biodiversidade e preservar os recursos naturais da terra, ao mesmo tempo em que um ambiente saudável e bem manejado permite uma agricultura produtiva.

O Código de Conduta UTZ para Grupos (2014 – Bloco D)ⁱ proíbe o desmatamento, requer a preservação de áreas protegidas e espécies ameaçadas e encoraja ações para promover a diversidade ecológica.

O **objetivo desse documento** é:

- Explicar a abordagem da UTZ para proteção da natureza;
- Auxiliar grupos a identificar florestas, áreas protegidas e espécies;
- Prover orientações no planejamento, implementação e ações documentais para proteção da natureza.



ⁱ Esse guia de orientação se refere à versão 1.1 do Código de Conduta Núcleo para certificação em grupo e multi-grupo da UTZ, onde os requerimentos relevantes da versão 1.0 também estão referidos. A versão 1.1 é uma versão melhorada da versão 1.0. A partir de 1º de julho de 2015, os grupos podem ser auditados em relação ao Código de Conduta Núcleo versão 1.0 ou 1.1. A partir de 1º de janeiro de 2016, os grupos podem apenas ser auditados em relação ao Código de Conduta Núcleo versão 1.1

O QUE IMPLEMENTAR: ESTABELECENDO UM SISTEMA PARA PROTEÇÃO À NATUREZA

ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4
<p>Encarregado ambiental SGI Designar uma pessoa ou comissão no SGI com responsabilidade para com a gestão ambiental, incluindo a proteção da natureza (Encarregado Ambiental do SGI, G.A.7)</p>			
<p>Ele/ela é responsável por implementar o Bloco D (ambiente) e os requerimentos relacionados à proteção da natureza. O encarregado ambiental do SGI deve ser qualificado para a função (isso pode incluir qualificações oficiais, comparecimento à cursos de treinamento e/ou experiência prática) e acessível aos membros do grupo e funcionários do grupo.</p>			
<p>Mapear áreas protegidas (G.A.1): Seu grupo deve criar um mapa das áreas de produção incluindo quaisquer áreas protegidas, corpos d'água e aglomerados urbanos.</p>			
<p>Demonstrar que não há desmatamento de floresta primária desde 2008 e que não há desmatamento de floresta secundária (G.D.109 (111), 110(112) a menos que um título legal de terra ou permissão do dono das terras e do governo seja obtida para viabilizar esse desmatamento de floresta secundária.</p>			
<p>O número entre parênteses refere à versão 1.0 do Código de Conduta Núcleo para certificação em grupo e multi-grupo.</p>			
<p>Criar e implementar um plano de gestão para qualquer membro do grupo que pratica agricultura até 2 km de uma área protegida.</p>			
<p>Um exemplo de plano está incluído no anexo 1. O plano de gestão deve ser aprovado pela autoridade nacional ou regional relevante (por exemplo, o Ministério do Meio Ambiente e suas agências) e deve:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar os atuais limites de áreas de produção e processamento e comunicar isso aos membros do grupo; • Proibir a expansão dessas áreas de produção e processamento para quaisquer novas áreas fora desse contexto delimitado; • Identificar ações planejadas para mitigar ou compensar impactos ambientais. Estas podem incluir, reflorestação, adoção de sistemas agroflorestais* e estabelecimento de corredores biológicos**; • Colocar prazos e estabelecer funções claramente definidas para supervisionar e implementar o plano. <p>* Sistemas agroflorestais combinam floresta com agricultura, por exemplo, cultivando árvores entre as áreas de plantio. ** Corredores biológicos conectam diferentes habitats ou ecossistemas que são separados pela atividade humana, ex: estradas, extração de madeira, assentamentos, etc. Eles objetivam permitir a movimentação de vida selvagem e garantir a viabilidade de populações de animais selvagens nos habitats conectados.</p> <p>O plano de gestão contido em G.D.111 (113) significa uma política que é desenvolvida com organizações regionais relevantes (veja o Anexo 1 para um exemplo). Note que isso é um documento diferente àquele relacionado ao ponto G.A.17, que inclui todas as ações seguidas a partir da análise de risco.</p>			

ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4
	<p>Incluir a proteção da natureza na sua análise de risco: Isso deve incluir o risco do não cumprimento dos requerimentos de proteção à natureza do Código UTZ.</p>		
	<p>Identificar quaisquer espécies ameaçadas de animais ou plantas dentro das áreas de produção do grupo: Isso deve ser comunicado para todos os membros do grupo e medidas devem ser estabelecidas para proteger essas espécies.</p>		

CAIXA 2: POR QUE FLORESTAS E ÁREAS PROTEGIDAS SÃO TÃO IMPORTANTES?

Florestas e áreas protegidas viabilizam uma larga variedade de plantas e animais. Para muitos de nós, proteger a natureza é um objetivo importante por si só, mas além disso, a natureza desempenha um papel importante na agricultura bem manejada e, dessa forma, a proteção da natureza tem muitos benefícios diretos incluindo:

- Solos mais ricos e matéria orgânica composta de organismos que beneficiam o solo da propriedade;
- Infiltração de água, regulação de temperatura local e padrões de precipitação;
- Espécies naturais para alimentação, medicamentos e outros usos;
- Proteção contra desastres naturais. Por exemplo, costas com florestas e manguezais são melhor protegidas contra tsunamis e terras alagadas provem proteção contra riscos de enchentes;
- Mitigação à mudança climática. Florestas sequestram carbono e desempenham um importante papel na prevenção à mudança climática.

NA PRÁTICA: PRESERVANDO FLORESTAS, ÁREAS PROTEGIDAS E ESPÉCIES AMEAÇADAS

TRATANDO DOS RISCOS

Em alguns casos, podem haver conflitos entre a atividade agrícola e a proteção da natureza, e, portanto, um alto risco de não atingir o objetivo da UTZ em relação a um "Melhor Ambiente". Isso pode ocorrer, por exemplo, devido ao fato de a fazenda, que se delimita com uma floresta ou área protegida, esteja propensa a expansão; ou porque o produtor tem alguma renda através do tráfico de espécies ameaçadas. Tais conflitos devem ser identificados no processo de análise de risco (G.A.16 (18) & G.A. 17 (19)) e devidamente trabalhados. É importante identificar onde a terra agrícola faz divisa com a floresta ou área protegida, ou onde a caça ou comércio de espécies ameaçadas é uma atividade lucrativa. Áreas protegidas e florestais devem ser incluídas no mapa das áreas de produção (G.A.1).

A análise de risco e o mapa devem distinguir as florestas primárias e secundárias e quaisquer outros corpos florestais, veja a caixa 4 para definições. Para identificar as áreas protegidas, espécies ameaçadas e tipos diferentes de florestas, você pode contatar:

- Agências do governo nacionais, regionais ou locais, como o ministério responsável pelo ambiente e pelas florestas;
- Organizações locais de conservação;
- Organizações internacionais como a Global Forest Watch, que fornece um mapa mundial de áreas florestais e protegidas.
Veja em: <http://www.globalforestwatch.org/map>.
- Uma boa fonte de informação sobre espécies ameaçadas é a lista vermelha da União Internacional para Conservação da Natureza e Recursos Naturais (IUCN): <http://www.iucnredlist.org/>

Se existe um conflito entre a atividade agrícola e a proteção da natureza, é importante que os produtores tenham acesso a soluções alternativas, onde possível. Por exemplo, a lucratividade pode ser melhorada através da melhoria da produção pela profissionalização da gestão da fazenda, não apenas estendendo as fronteiras da fazenda.

A análise de risco deve ser revista a cada ano. É uma boa oportunidade para avaliar quaisquer mudanças em relação às florestas, áreas protegidas e espécies ameaçadas, e o impacto das medidas tomadas para reduzir os riscos do não cumprimento com o Código UTZ. Veja o Guia de Orientação para Análise de Risco para mais informações quanto a esse processo.

TREINAMENTO E CONSCIENTIZAÇÃO

Informações e orientações sobre como proteger a natureza devem ser incluídas no programa de treinamentos para os trabalhadores do grupo e seus membros. Um passo inicial importante é a conscientização dos membros e, se possível, da comunidade sobre a importância da proteção da natureza para as pessoas, produtores e o ambiente. Isto deve assegurar que os membros entendam porque proteger a natureza é importante para eles, para suas produções agrícolas e ao ambiente.

A proteção ambiental pode parecer menos relevante que outros tópicos, especialmente em comunidades mais pobres ou quando produtores estão tendo dificuldades para obter lucro. Essa é a mensagem chave a ser comunicada: uma agricultura de sucesso depende de um meio ambiente saudável.



LEMBRE-SE QUE

Agricultura sustentável ajuda a biodiversidade. Proteger a natureza não diz respeito apenas a implementação de medidas de conservação. Práticas agrícolas cotidianas tem um impacto significativo na saúde do meio ambiente e nas redondezas da fazenda. Por exemplo:

- Práticas agrícolas sustentáveis melhoram o solo, portanto, há um número maior de microrganismos, mantendo-o mais fértil;
- Pesticidas não apenas matam as pragas, mas podem ser nocivos para insetos benéficos e microrganismos no solo, além de contaminar recursos hídricos. O Manejo Integrado de Pragas (MIP) ajuda a proteger os insetos benéficos e os microrganismos do solo;
- Bom manejo da água minimiza a extração e a contaminação de recursos hídricos naturais.

Uma vez que membros estão cientes da importância de proteger a fauna e a flora, informações mais específicas podem ser fornecidas a eles durante os treinamentos. Ao participar desses treinamentos, os participantes vão se familiarizar com espécies regionais de plantas e animais e poderão identificar a aparência de uma floresta primária. Como isso é um tópico muito específico ao contexto local, organizações e autoridades locais devem ser consultadas para obtenção de informações e materiais, tais como os escritórios locais da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN, http://www.iucn.org/contact/iucn_offices/) ou o ministério nacional responsável pelo meio ambiente e/ou florestas.

AÇÕES PARA PRESERVAR ÁREAS PROTEGIDAS

Atividades agrícolas afetam áreas além da quadra de produção através de, por exemplo, deriva de agroquímicos e fertilizantes ou pela atividade humana que desequilibra a vida selvagem. Para limitar o impacto em áreas protegidas, a UTZ requer 2 km de tolerância entre as áreas protegidas e as áreas de produção.

AÇÕES PARA PRESERVAR ESPÉCIES AMEAÇADAS

Não deve haver caça ou tráfico de espécies ameaçadas. Ações para proteger espécies ameaçadas podem incluir a proteção do seu habitat – as plantas que os fornecem alimento e abrigo. Por exemplo, isso pode ser feito através da instalação de placas para delimitar áreas protegidas habitadas por espécies ameaçadas e conscientização através de material informativo e mapas nas áreas comuns utilizadas pela comunidade.

AÇÕES RECOMENDADAS PARA PROMOVER A DIVERSIDADE ECOLÓGICA

Práticas para promover a diversidade ecológica nas áreas agrícolas podem incluir o plantio de flores amigáveis às abelhas ao redor das quadras da propriedade e estabelecer quadras de demonstração com manejo agroflorestal. Informações devem ser incluídas nos treinamentos da fazenda. Por exemplo, produtores devem ser aconselhados a aplicar pesticidas evitando horas quando as abelhas podem estar coletando néctar.

É responsabilidade da liderança do grupo a promoção da diversidade ecológica, já que é comum a falta de capacidade de muitos produtores de pequeno porte para incluir esses conceitos em suas práticas agrícolas diárias.

Provando que não houve desmatamento

Para demonstrar que não ocorreu desmatamento em florestas primárias e secundárias (G.D.109 (111), G.D.110 (112)), fazendas que se delimitam com áreas de florestas devem fornecer registros que mostrem quanto tempo tem-se operado na área e confirmem que a parcela de floresta primária não foi alterada desde 2008.

Se registros não estiverem disponíveis, recomendamos verificar fontes externas como imagens de satélites antigas (Global Forest Watch é um exemplo: <http://www.globalforestwatch.org>). Em casos mais difíceis, outros membros da comunidade podem ser consultados. Para floresta secundária, o desmatamento é permitido se o membro tiver posse legal das terras ou permissão do proprietário ou do detentor das terras, assim como permissão do governo, para conduzir atividades de desmatamento (se requerido). Isso deve ser documentado.

ANEXO 1: EXEMPLO DE PLANO DE GESTÃO PARA ÁREAS PROTEGIDAS

	2015		2016 etc.	
Objetivos	Objetivos de curto prazo	Objetivos de longo prazo		
	<p>Por exemplo: Atividades agrícolas em até 2km de áreas protegidas apenas são realizadas com as permissões necessárias. Esse objetivo é atingido uma vez que todas as fazendas de membros em até 2 km de áreas protegidas tem uma permissão. Isso deve ser continuamente monitorado para assegurar que os produtores não façam expansões em direção à essa área de tolerância.</p>	<p>Por exemplo: Práticas agroflorestais adotadas. Esse objetivo é atingido quando x produtores plantaram novas árvores de x espécies diferentes em suas fazendas.</p>		
Ações a serem tomadas pelo grupo (Encarregado Ambiental SGI)	<p>Por exemplo: Garantir que todos os produtores se comprometam a não desmatar e expandir em direção à áreas protegidas. Isso é feito com a verificação de potenciais conflitos e identificação com mapas de todas as áreas protegidas e de produção.</p>	<p>Por exemplo: Estabelecer quadras de demonstração para práticas agroflorestais. Isso é feito avaliando as opções de obtenção dos materiais necessários tais como sementes, mudas e fertilizantes; contatar produtores que podem potencialmente oferecer suas propriedades como quadras de demonstração; organização do plantio e do manejo das plantas.</p>		
Ações a serem realizadas pelos membros	<p>Por exemplo: Verificar mapas das quadras agrícolas e a localização de florestas e áreas protegidas. Comprometimento com a cessão do desmatamento e expansão às áreas protegidas. Avaliar opções de otimização do rendimento de forma que a expansão não seja necessária.</p>	<p>Por exemplo: Adoção de práticas agroflorestais em terras adjacentes a áreas protegidas e florestas. Opções de pesquisa para obter recursos para maior plantio de árvores de sombreamento; organização desse plantio.</p>		
Recursos/materiais necessários	<p>Mapas atualizados. Treinamento dos membros em tópicos de Proteção à natureza.</p>	<p>Material de plantio; assessoria de especialistas em sistemas agroflorestais.</p>		

ANEXO 2: MANUTENÇÃO DE REGISTROS QUE DOCUMENTOS SÃO NECESSÁRIOS PARA A PROTEÇÃO DA NATUREZA?

Você deve manter os seguintes registros de Proteção da Natureza:

- O nome da pessoa responsável pelo Bloco D (Ambiente) (G.A.7(6)) e evidência de sua competência para a função. Isso pode ser uma qualificação oficial, certificados de comparecimento em cursos de treinamento relevantes, e detalhes referentes à sua experiência;
- Detalhes de quaisquer riscos de proteção da natureza identificados e as atividades planejadas para tratá-los devem estar documentadas no plano de gestão (G.A.16, G.A.18 (19));
- Evidência que os trabalhadores do grupo e membros foram treinados nos tópicos ambientais, incluindo proteção da natureza (G.A.18 (20), G.A.19 (21)). Isso deve ser registrado nos seus registros de treinamento principais;
- Um mapa das áreas de produção com qualquer área protegida identificada (G.A.1);
- Se houve corte de floresta secundária: evidência de posse legal da terra ou permissão do detentor da terra, bem como autorizações do governo para desmatamento, se requeridas pela lei local (G.D.11 (12)).
- Se há agricultura ocorrendo em até 2 km de áreas protegidas: um plano de gestão para as áreas protegidas (G.D.11(113)).
- Evidência de que as ações no plano de gestão para áreas protegidas foram implementadas (G.A.111 (113)).